



## Os desafios do enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil

**Prof. Fernando P. Cupertino de Barros MD, MSc, MA, PhD**  
Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás  
Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS

**No Brasil, o desafio de enfrentar a pandemia foi ainda amplificado pela dimensão geográfica, pelas gritantes diferenças regionais, sobretudo as carências sociais, bem como pelo peso relativo das doenças crônicas não-transmissíveis prevalentes na população;**

**Esta apresentação pretende contextualizar a trajetória da pandemia da Covid-19 no Brasil e apontar os principais desafios para o seu enfrentamento. De forma didática, tais desafios foram agrupados em três blocos: (1) os de natureza político-administrativa; (2) os de natureza técnica; (3) os de natureza socioeconômica.**

**Para isso, foram utilizados dados secundários obtidos a partir de documentos oficiais, bem como de material oriundo de publicações pelos órgãos de imprensa.**

## PAINEL CONASS COVID - 19

Última Atualização:  
8 de setembro de 2021  
18:00h

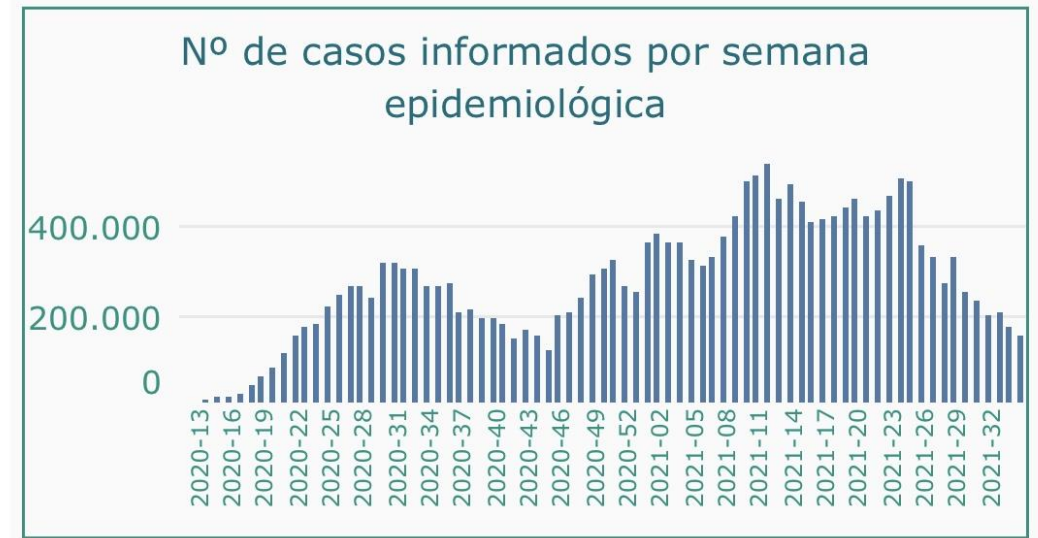
Brasil

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde.

Casos Confirmados	Total
	20.928.008
	Último Período
	14.430

Óbitos Confirmados	Total
	584.421
	Último Período
	250

**Covid-19: um imenso desafio para o Sistema Único de Saúde: público, universal e gerido de modo tripartite (União Federal, Estados e Municípios).**



## População vacinada e doses recebidas por UF (até 07 de Setembro de 2021)

UF	População Vacinada		Proporção da população alvo vacinada (≥18 anos)		Aumento percentual diário		Total de doses aplicadas	Doses distribuídas	Proporção de doses utilizadas
	1ª dose	2ª dose + dose única	1ª dose	2ª dose + dose única	1ª dose	2ª dose + dose única			
Mato Grosso do Sul	1.847.978	1.325.924	91%	65%	0,12%	0,37%	3.173.902	3.353.700	95%
São Paulo	34.738.543	18.854.993	98%	53%	0,56%	0,91%	53.593.536	57.472.682	93%
Rio Grande do Sul	7.718.565	4.370.182	87%	49%	0,01%	0,05%	12.088.747	14.642.376	83%
Espírito Santo	2.725.652	1.438.235	87%	46%	0,01%	0,02%	4.163.887	4.784.390	87%
Pará	4.086.840	2.467.408	70%	42%	0,09%	0,10%	6.554.248	9.301.000	70%
Santa Catarina	4.839.704	2.331.537	87%	42%	0,21%	1,30%	7.171.241	8.828.830	81%
Paraná	7.617.986	3.701.688	87%	42%	0,21%	0,27%	11.319.674	13.926.052	81%
Rio de Janeiro	10.666.744	5.277.642	81%	40%	0,56%	1,43%	15.944.386	21.942.320	73%
Acre	479.049	219.908	86%	39%	0,00%	0,00%	698.957	1.016.680	69%
Ceará	5.435.029	2.551.263	82%	38%	0,90%	0,81%	7.986.292	10.723.980	74%
Pernambuco	5.745.434	2.660.636	82%	38%	0,72%	0,81%	8.406.070	11.215.990	75%
Minas Gerais	13.754.920	6.279.528	84%	38%	2,53%	4,59%	20.034.448	26.019.234	77%
Rio Grande do Norte	2.161.112	1.010.716	82%	38%	0,11%	1,07%	3.171.828	4.230.500	75%
Piauí	1.920.159	870.270	83%	38%	1,86%	6,32%	2.790.429	3.782.910	74%
Bahia	8.859.225	4.218.576	78%	37%	0,63%	1,29%	13.077.801	17.742.052	74%
Distrito Federal	2.031.801	910.813	83%	37%	0,15%	1,48%	2.942.614	3.430.796	86%
Amazonas	2.352.116	1.032.449	84%	37%	0,09%	0,11%	3.384.565	4.773.660	71%
Goiás	4.280.339	1.962.935	82%	37%	0,05%	0,26%	6.243.274	8.279.120	75%
Alagoas	1.845.102	875.572	78%	37%	0,00%	0,00%	2.720.674	3.748.376	73%
Maranhão	3.718.361	1.686.794	79%	36%	0,19%	0,85%	5.405.155	7.828.810	69%
Paraíba	2.498.013	1.040.349	84%	35%	0,00%	0,00%	3.538.362	4.835.040	73%
Sergipe	1.435.077	592.809	85%	35%	0,08%	2,97%	2.027.886	2.626.660	77%
Mato Grosso	2.030.511	883.016	81%	35%	0,00%	0,00%	2.913.527	3.895.306	75%
Tocantins	852.335	379.647	76%	34%	0,01%	0,03%	1.231.982	1.744.020	71%
Rondônia	1.048.088	437.447	78%	33%	0,00%	0,00%	1.485.535	1.966.728	76%
Amapá	418.952	146.231	76%	27%	0,00%	0,00%	565.183	881.520	64%
Roraima	272.717	90.956	76%	25%	0,00%	0,00%	363.673	707.188	51%
<b>Brasil</b>	<b>42.138.376</b>	<b>22.249.942</b>	<b>95%</b>	<b>50%</b>	<b>0,71%</b>	<b>1,93%</b>	<b>64.388.318</b>	<b>71.379.380</b>	<b>90%</b>

Não atualizou os dados: AC, AL, AP, MT, PB, RO, CE, MG e SE.

**466.424** doses aplicadas registradas nas **últimas 24h no Brasil.**

- 1ª dose: **176.932**
- 2ª dose + dose única: **289.492**

- A proporção da população ≥18 anos vacinada com 2ª dose ou dose única encontra-se em **50%**.
- **Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul** apresentam os maiores percentuais de população alvo vacinada com a **2ª dose ou dose única.**

# População vacinada e doses recebidas por capital (até 07 de Setembro de 2021)

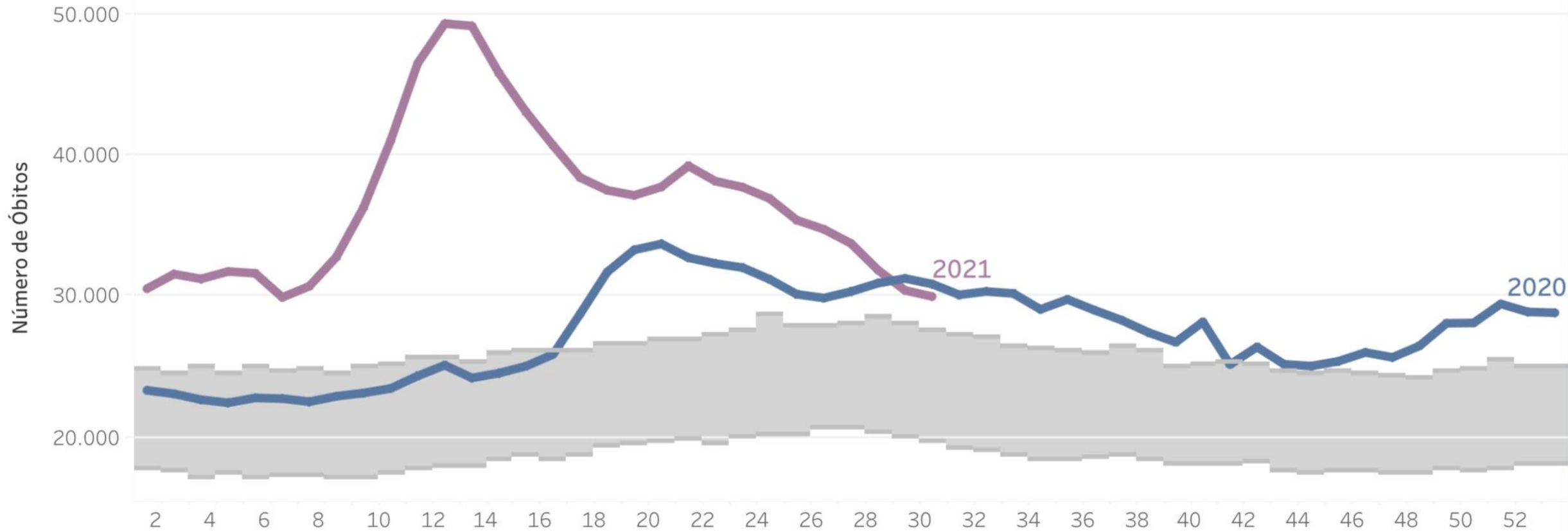
Capital	População Vacinada		Proporção da população alvo vacinada (≥18 anos)		Aumento percentual diário		Total de doses aplicadas	Doses distribuídas	Proporção de doses utilizadas
	1ª dose	2ª dose + dose única	1ª dose	2ª dose + dose única	1ª dose	2ª dose + dose única			
Vitória	281.928	200.600	100%	72%	0,00%	0,16%	482.528	530.780	91%
Campo Grande	621.877	446.757	94%	67%	0,26%	0,66%	1.068.634	1.155.580	92%
São Luís	784.162	482.408	97%	60%	0,00%	2,80%	1.266.570	1.663.228	76%
Porto Alegre	1.023.086	680.130	89%	59%	0,19%	0,83%	1.703.216	1.921.504	89%
São Paulo	9.903.695	5.461.136	100%	59%	0,64%	0,58%	15.364.831	16.080.559	96%
Florianópolis	403.400	234.058	100%	58%	0,00%	0,00%	637.458	653.454	98%
Rio de Janeiro	5.119.772	2.828.044	99%	54%	0,02%	0,03%	7.947.816	8.932.970	89%
Belo Horizonte	1.905.765	1.048.016	97%	53%	0,00%	0,00%	2.953.781	3.439.935	86%
Recife	1.144.486	630.106	91%	50%	2,44%	2,76%	1.774.592	2.079.009	85%
Teresina	549.386	295.681	87%	47%	0,12%	6,03%	845.067	954.069	89%
João Pessoa	561.274	283.220	93%	47%	0,00%	0,00%	844.494	910.215	93%
Curitiba	1.350.770	692.051	91%	47%	3,18%	1,73%	2.042.821	2.276.538	90%
Fortaleza	1.877.543	894.012	94%	45%	0,00%	0,00%	2.771.555	3.186.747	87%
Goiânia	939.662	495.017	82%	43%	0,19%	0,71%	1.434.679	1.661.545	86%
Salvador	1.830.385	946.097	83%	43%	0,00%	0,00%	2.776.482	3.179.048	87%
Maceió	647.058	315.214	87%	43%	0,48%	0,58%	962.272	997.334	96%
Belém	926.045	466.290	83%	42%	0,01%	1,90%	1.392.335	1.574.108	88%
Cuiabá	373.032	187.109	83%	42%	0,14%	1,62%	560.141	699.215	80%
Manaus	1.479.307	623.545	98%	41%	0,00%	0,00%	2.102.852	2.288.692	92%
Natal	552.930	275.536	82%	41%	0,04%	0,53%	828.466	1.077.418	77%
Distrito Federal	2.032.007	911.494	90%	40%	0,01%	0,07%	2.943.501	3.430.796	86%
Porto Velho	316.481	141.603	83%	37%	0,41%	2,07%	458.084	565.811	81%
Aracaju	442.702	179.045	90%	36%	0,00%	0,00%	621.747	717.582	87%
Palmas	180.084	74.284	87%	36%	0,20%	1,10%	254.368	287.105	89%
Rio Branco	231.071	89.713	84%	32%	0,34%	0,76%	320.784	425.193	75%
Macapá	250.434	89.109	74%	26%	0,34%	4,87%	339.543	480.636	71%
Boa Vista	208.452	66.750	72%	23%	0,27%	0,58%	275.202	314.737	87%

Não atualizou os dados: Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, João Pessoa, Florianópolis e Aracaju.

- **08** capitais apresentam proporção de vacinados ≥18 anos com 2ª dose ou dose única acima da média nacional (50%).
- **Vitória e Campo grande** apresentaram a maior proporção de vacinados para 2ª dose ou dose única.
- **Rio Branco, Macapá e Boa Vista** apresentam a menor proporção de vacinados para a 2ª dose ou dose única.

# Curva de óbitos Esperados e Observados

## Brasil



Óbitos Observados em 2020

Óbitos Observados em 2021

## Alguns marcos cronológicos referenciais:

6 de fevereiro de 2020: aprovação da Lei 13.979/2020, que dispõe sobre “medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

27 de fevereiro de 2020: primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil;

20 de março de 2020: declarada “transmissão comunitária” pelo Ministério da Saúde;

Março e abril 2020: tentativa de aquisição de equipamentos de proteção individual; respiradores, equipamentos para instalação de novos leitos de cuidados intensivos; testes RT-PCR e sorológicos;

16 de abril de 2020: exoneração do Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta e nomeação de Nelson Teich;

15 de maio de 2020: Nelson Teich demite-se;

3 de junho de 2020: o General Eduardo Pazuello é nomeado ministro, em caráter interino;

7 de junho de 2020: o CONASS lança em seu sítio web o Painel Covid-19, após o Ministério da Saúde ter suspenso a divulgação do número de casos e óbitos, alegando mudanças no sistema;

## Alguns marcos cronológicos referenciais:

25 de junho de 2020: diante da inação do nível federal, o CONASS e CONASEMS elaboram o documento “Estratégia de Gestão – Instrumento para apoio à tomada de decisão na resposta à pandemia da Covid-19 na esfera local”, destinado a orientar estados e municípios na avaliação de risco para a “adoção de medidas de saúde pública, no sentido de reduzir a velocidade de propagação da doença, para evitar o esgotamento dos serviços de saúde, especialmente de terapia intensiva.”<sup>2</sup>

16 de setembro de 2020: o General Eduardo Pazuello é nomeado Ministro da Saúde, em caráter efetivo;

10 de janeiro de 2021: nova linhagem do novo coronavírus (P.1) originária de Manaus (Amazonas) é identificada;

14 de janeiro de 2021: noticiada a crise pela falta de oxigênio medicinal no Amazonas, que depois se estende a outros estados da região Norte;

18 de janeiro de 2021: começa a vacinação contra a Covid-19.

23 de março de 2021: o médico Marcelo Queiroga toma posse como novo Ministro da Saúde.

## Principais dificuldades:

### a. De natureza político-administrativa:

- Negacionismo do governo federal e desestímulo às medidas de prevenção;
- Conflitos com os níveis estadual e municipal (distanciamento; vacina);
- Lentidão na tomada de decisões e falta de coordenação efetiva da estratégia de enfrentamento da pandemia pelo Ministério da Saúde;
- Ações reativas, pontuais e intempestivas do nível federal diante de situações de agravamento da crise (falta de medicamentos para intubação orotraqueal (2020); falta de oxigênio na região Norte do país (2021); falha na aquisição de seringas para a campanha de vacinação (2021));

## Principais dificuldades:

### a. De natureza político-administrativa:

- Defesa obstinada, pelo governo federal, do uso de medicamentos sem comprovação científica de sua eficácia, gerando desinformação, insegurança e conflitos;
- As dificuldades inerentes a um país de dimensões continentais, com múltiplas realidades regionais e locais e com desigualdades importantes;
- As preocupações com o financiamento do sistema público de saúde: (a) pelo esgotamento do chamado “orçamento de guerra” e das Medidas Provisórias 927 e 936, em 31 de dezembro de 2020 (41,2 bilhões de reais = 6,33 mil milhões de euros), e (b) com o subfinanciamento crônico da saúde que persistirá em 2021.

## Principais dificuldades:

### a. De natureza técnica

- Incapacidade momentânea da rede assistencial instalada para reagir rapidamente ao crescente número de casos, sobretudo os mais graves. Ao longo da crise, houve a incorporação de mais de 20.000 novos leitos de cuidados intensivos, que, agora, foram reduzidos para pouco mais de 7.000 em atividade (situação em 26 de janeiro de 2021);
- Insuficiência de recursos humanos, especialmente para atuarem em cuidados intensivos, o que demandou um esforço nacional de capacitação de novos profissionais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste;
- Dificuldades persistentes na testagem da população, a despeito do aumento expressivo do número de testes realizados;

## Principais dificuldades:

### a. De natureza técnica

- Insuficiência do número de doses de vacinas disponíveis para a imunização da população, mesmo para a primeira faixa prioritária (profissionais de saúde em linha de frente e idosos em instituições de longa permanência);
- Incertezas sobre a disponibilidade futura de vacinas e sobre a continuidade do processo de imunização;
- Dificuldades várias com os sistemas oficiais de informação em saúde;
- A ausência de um plano nacional de comunicação que estimule o respeito às medidas de prevenção e proteção.

## Principais dificuldades:

### a. De natureza econômica e social

- A incapacidade em manter distanciamento social pelos que dependem da economia informal;
- O cansaço da população com as medidas de distanciamento social, reveladas, sobretudo, com o aumento do número de casos e óbitos em consequência das festas natalinas e de fim de ano;
- A precariedade e as deficiências históricas no transporte público nas regiões metropolitanas, que contribuem para a aglomeração de pessoas em espaços exíguos;
- As diferentes formas de desigualdades, que determinam uma maior carga da doença e de suas complicações sobre as camadas mais desfavorecidas da população.

## **CONCLUSÕES E DESAFIOS A SUPERAR:**

**As conclusões apontam para o crescimento da capacidade de resposta do sistema público de saúde (Sistema Único de Saúde-SUS), graças, sobretudo, à atuação dos entes subnacionais, mesmo que não tenha conseguido evitar os altos índices de mortalidade e letalidade.**

**Além disso, evidenciam o peso do negacionismo do governo central que influenciou negativamente o desempenho sanitário do país, seja pela não adoção e pelo desestímulo a medidas não farmacológicas de proteção contra a doença, seja pela recomendação reiterada de utilização de medicamentos sem comprovação científica de sua eficácia, seja pela ausência de testagem massiva da população, ou ainda pela inércia na aquisição de vacinas.**

**Percebe-se, portanto, a fragmentação das ações de enfrentamento à pandemia, e a falta de um discurso único e de uma coordenação nacional efetiva, de modo sinérgico, cooperativo e solidário entre as esferas federal, estadual, municipal, e com o concurso imprescindível da sociedade civil organizada**

**É necessário otimizar o funcionamento e a interoperabilidade dos sistemas de informação em saúde; é preciso incrementar a capacidade dos laboratórios de saúde pública tanto para esta pandemia, quanto para outras situações similares que certamente virão;**

**No campo assistencial, é preciso planejar o funcionamento do sistema de saúde no pós-pandemia, quando haverá um enorme contingente de procedimentos a serem realizados, em função da suspensão de atividades ambulatoriais e hospitalares em função da emergência de saúde pública instalada;**

**Cabe destacar, por último, uma preocupação crescente com relação ao orçamento da saúde para o ano de 2021 e seguintes, em razão dos elementos já apontados, bem como do subfinanciamento crônico do SUS e da sobrecarga sobre estados e municípios no seu custeio cotidiano;**

**Por fim, resta talvez a maior das empreitadas: aquela de combater as desigualdades sociais e econômicas, geradoras de situações de adoecimento, que impõem um pesado fardo às parcelas mais vulneráveis da população.**

## Referências bibliográficas

1. Brasil. CONASS. Painel Conass Covid-19. Disponível em <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em 9 de setembro de 2021.
2. Brasil. CONASS. Série LEIASS. O enfrentamento da COVID-19 nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, primeiro impacto. Brasília, 2020, p. 170-192. Disponível em <https://www.conass.org.br/biblioteca/o-enfrentamento-da-covid-19-nos-paises-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp/>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial no. 46. Disponível em [https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/22/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_46-final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/22/boletim_epidemiologico_covid_46-final.pdf). Acesso em 28 de janeiro de 2021.

<https://www.conass.org.br/biblioteca/>

## COLEÇÃO COVID-19

VOLUME 1 – PRINCIPAIS  
ELEMENTOS



+ detalhes

VOLUME 2 – PLANEJAMENTO  
E GESTÃO



+ detalhes

VOLUME 3 – COMPETÊNCIAS  
E REGRAS



+ detalhes

VOLUME 4 – PROFISSIONAIS  
DE SAÚDE E CUIDADOS  
PRIMÁRIOS



+ detalhes

VOLUME 5 – ACESSO  
CUIDADOS ESPECIALIZA



+ detalhes



Obrigado pela atenção de todos!

